

Estado de pré-convulsão

As vésperas do pleito municipal, que permitirá medir o peso dos partidos políticos depois do realinhamento que se processou enquanto se votava a nova Constituição, todos se preocupam com a sorte do regime democrático. Não é preciso apreender o sentido da declaração do senador Jarbas Passarinho, que afirma que a conclusão de uma análise realista da situação não é tranquilizadora, para saber que o futuro é incerto. Basta ler os títulos dos jornais ou assistir ao noticiário das televisões para perceber-se que está em marcha processo dos mais graves, que, se não encontrar quem o dirija para rumos seguros, poderá produzir a ruptura institucional que todos temem. Tanto assim é que em Brasília já se cogitava, anteontem à noite, de recorrer à medida extrema do Estado de Defesa a fim de preservar a ordem pública e restabelecer a paz social.

Na verdade, não é apenas o conflito em Volta Redonda que preocupa as autoridades e a maioria da população, angustiada com os rumos que a situação está tomando. Volta Redonda é caso extremo, em que se desacomodam as paixões, e nem mesmo o trágico impacto da morte de trabalhadores é capaz de levar os espíritos a preocupar-se com o futuro do País. Por todo o Brasil, a situação é de inquietação, especialmente na região Centro-Sul — ou, se quisermos usar velhas expressões, no *ecúmeno principal* —, na qual as greves trazem em desassossego as populações. A consequência dessa inquietação é mais profunda do que os fatos gerados pelo conflito em Volta Redonda: intranquilas, premidas por um cotidiano quase sempre angustiante e por emergências para as quais não vêem solução, as populações das grandes cidades dão vazão a seus sentimentos, depredando, agredindo, enfim, procurando, de mil maneiras, comunicar às autoridades que não suportam mais o *statu quo*. Assim foi em Manaus, assim foi no Rio de Janeiro. Assim será enquanto não se vislumbrar a perspectiva de solução da crise.

As greves e os conflitos estendem-se por toda uma região de extrema importância econômica para o País: afora a Companhia Siderúrgica Nacional, são 20 mil dos 40 mil funcionários da Eletrobrás que pararam total ou parcialmente as empresas elétricas no Espírito Santo, em toda a região servida pelo sistema Furnas, no Sul e no Rio de Janeiro. Em Minas

Gerais, a Cemig também parou e com os grevistas solidarizam-se quantos se opõem ao governo federal ou ao sr. Newton Cardoso. Igualmente em Minas Gerais, a intranquilidade provocada pela indisciplina na Polícia Militar continua a fermentar — e não há símbolo mais pungente da atual situação do que a fila que cabos e soldados da PM mineira formaram na praça da Liberdade para receber cestas básicas de alimentação distribuídas pela corporação àqueles que ganham baixos soldos. Em São Paulo, as greves se sucedem assim como a noite segue ao dia — e mesmo diante da reiterada advertência do governador de que não permitirá que se chegue aos portões do palácio (não diz a Constituição do PMDB que todos podem reunir-se pacificamente, independentemente de autorização?), os funcionários da Universidade marcham, como se estivessem dispostos a enfrentar a força da repressão já deles conhecida.

Assim como os funcionários da USP dirigem-se a palácio apesar da proibição, os grevistas de Volta Redonda não recuam em sua disposição de ocupar a siderúrgica e hostilizar a tropa do Exército. A primeira reação de todos é que esses movimentos, nos quais a paixão é a nota constante, são orquestrados, quando não utilizados para benefício de alguns, senão de muitos. Na verdade são. Com efeito, o PT cresce a cada recontro de grevistas com as forças da ordem — e tal fato, por ser facilmente perceptível, permite estabelecer, como o fizemos de início, a ligação entre a véspera das eleições e a crise social. Cabe ver, porém, que as greves não espoucam porque o PT as convoca; tempo houve em que esse partido se extremava em arregimentar a massa e era repellido, pois se conheciam seus propósitos. Se as palavras de ordem encontram hoje eco na massa é porque o clima psicológico em que vive o País, clima esse justificado por dados reais, impele muitos a ouvir a palavra dos agitadores, ante a falta de perspectivas de solução para seus problemas.

Se o PT se aproveita eleitoralmente da crise, ela tem um nome, no entanto, e este é inflação. Uma inflação que o governo não sabe controlar, ou não quer controlar, temeroso dos efeitos eleitorais de uma política de austeridade. É na inflação e na incapacidade de o governo enfrentar o déficit público que está a raiz de todos os males; é na inflação que o PT e

quantos sabem que às vezes se pescam bons peixes em águas turvas alimentam suas ações.

Não tenhamos ilusões: o governo federal não resolverá a crise porque lhe falta autoridade para conduzir o barco a bom porto. E muitos governos estaduais apenas contribuirão para agravá-la, pois sua preocupação é meramente eleitoral, para dizer o menos.

Não se diga que a solução do problema da inflação foi transferida para empresários e trabalhadores. Da perspectiva em que nos situamos para analisar a aceleração da crise (nítida no conflito em Volta Redonda), o chamado pacto social é apenas a comprovação de que o Executivo federal não tem mais condições políticas de impor uma norma de austeridade a seus quadros funcionais e a toda a sociedade. Nesse sentido, os empresários assumiram responsabilidades que não são suas e deverão a breve prazo pagar o preço político de sua falta de visão estratégica. Nem o governo federal tem autoridade para jugular a crise, nem os estaduais se disporão a fazer sacrifícios especialmente aqueles mais acometidos pelos movimentos grevistas e que mais duramente serão batidos nas eleições de 15 de novembro: São Paulo, Rio e Minas Gerais.

Essa conclusão conduz a outra: o País está sem lideranças alternativas, aptas a assumir numa emergência qualquer a direção dos negócios públicos. Não é apenas o Estado que se assemelha a nau à deriva; a sociedade também não soube preparar-se para a crise que espouca um pouco em toda parte.

Batidos pela inflação, incapazes de dar uma esperança ao povo, os governantes — que desapareceram enquanto expressão eleitoral — imaginam que o emprego da força pode resolver situações que são antes de mais nada políticas. A força, em emergências como as atuais, apenas traz para o campo da política a lei básica da guerra: “Na guerra, cada um faz a lei do outro”. Não será o emprego do Exército — *ainda que convocado por representante do Poder Judiciário, ressalte-se* —, ou o uso da cavalaria contra manifestantes, que resolverá a crise brasileira, fundamentalmente uma crise de autoridade. Na verdade, estamos vivendo à beira de um estado que se poderia dizer de convulsão. É para isso que se deve atentar.

E, também e sobretudo, para os mortos.